

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-01-2021.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registrou presença Hamilton Sossmeier. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/21, discutido por Pedro Ruas, Bruna Rodrigues e Jonas Reis, e o Projeto de Lei do Executivo nº 002/21, discutido por Leonel Radde, Bruna Rodrigues, Laura Sito e Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Karen Santos, Leonel Radde, Fernanda Barth, Alexandre Bobadra e Mari Pimentel. Às quinze horas e onze minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Esta sessão extraordinária destina-se à discussão de Pauta e apreciação do PLCE nº 002/21 e do PLE nº 002/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0062/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO

Nº 002/21, que concede remissão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o serviço público de transporte coletivo por ônibus e concede anistia de infrações relativas ao crédito tributário remitido. **(SEI 118.00021/2021-31)**

PROC. Nº 0063/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/21, que autoriza o Poder Executivo a contratar auxiliares de serviços gerais, auxiliares de cozinha e cozinheiros para a Secretaria Municipal de Educação (Smed) em caráter emergencial e por prazo determinado, considerando o estado de calamidade pública devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a necessidade do início do ano letivo 2021. **Com Mensagem Retificativa nº 01, Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 e Emendas nºs 01 e 02. (SEI 118.00022/2021-86)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem. Dos dois projetos de hoje em Pauta, quero me fixar, neste momento, no segundo, justamente aquele projeto em que o prefeito municipal busca conceder o benefício de uma complementação de isenção de ISS, o antigo ISSQN, para os empresários de ônibus. Ao longo de mais de 60 anos, esses empresários de ônibus, Presidente, vereadores e vereadoras, mandaram em Porto Alegre, mandaram e desmandaram, como fazem até hoje. O que mudou na atividade deles é o que mudou na situação geral de todo o nosso País e de todo o mundo, que é a pandemia, de fato. Agora, a gordura acumulada em termos de valores, em termos de dinheiro, por esses empresários ao longo de décadas é algo inacreditável. Sempre cobraram a tarifa que quiseram, sempre obtiveram os valores que quiseram, sempre gerenciaram seus próprios valores, recebendo, talvez, num único negócio do mundo, antes, bem antes de prestarem o serviço. Então, esse projeto é muito mais simbólico do que propriamente um projeto de valores financeiros expressivos. É verdade, porque ele diz respeito a quatro dias de janeiro de 2021, mas ainda assim, simbolicamente, ele representa o abuso, ele representa o privilégio, ele representa aqueles que foram os donos e são os donos da cidade, ele representa o lucro desmedido às custas do nosso povo. Então, é um projeto que tem na sua justificativa pouco da verdade, o muito da verdade é o que estou contando, é o que estou relatando, há muito dinheiro, e esses empresários deveriam devolver para o erário municipal. Dou apenas um exemplo, no dia 4 de abril de 2013, as tarifas foram reduzidas em Porto Alegre, e esse valor foi considerado ilegal, cobrado a partir do dia 27 ou 28 de março.

Esses valores cobrados ilegalmente pelos empresários de ônibus jamais foram devolvidos aos cofres públicos. Jamais! E não há nenhum projeto do governo ou de qualquer governo nesse sentido.

Então, encaminhando aqui já a conclusão, a proposta, por óbvio, é votar contra este projeto, e é o segundo na Ordem do Dia, entendendo que ele simbolicamente

representa a manutenção de privilégios que ao longo de décadas prejudicaram Porto Alegre. Obrigado, Presidente; obrigado, colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras. Hoje nós temos uma... (Problemas na conexão.), além da questão do transporte, que é bem urgente, é uma adaptação, na verdade, o que se está fazendo hoje, mas o debate sobre o transporte público é extremamente urgente, principalmente, quando... (Problemas na conexão.), a ATP praticamente coloca uma faca no pescoço do nosso prefeito, dizendo que a passagem pode chegar a R\$ 7,00. Por outro lado, temos outro projeto de lei extremamente urgente a ser votado, que é a contratação emergencial das nossas merendeiras, faxineiras, mulheres, boa parte delas negras, mães, avós, que estão na linha de frente, trabalhando nas escolas. Essas trabalhadoras que estão na linha de frente, nesse momento da Covid, nessa situação de mais de 210 mil mortes no Brasil, nós temos que ter esse cuidado e compreender a situação dramática que essas trabalhadoras estão enfrentando, que podem inclusive perder o seu emprego. Falando sobre essa questão da Covid, de toda essa situação, é bom que a gente lembre que, no Brasil, já são mais de 210 mil mortos, é bom que se lembre que há alguns dias centenas de brasileiros e brasileiras morreram por falta de oxigênio, isso era previsto pelo governo federal, pelo governo Bolsonaro que, em vez de levar oxigênio para aquelas pessoas que estavam lá morrendo, resolveu oferecer o famoso *kit* cloroquina, *kit* Covid, que já foi largamente demonstrado que não funciona. Então, temos centenas de mortes por falta de oxigênio, pessoas morreram asfixiadas...

(Aparte antirregimental da Ver^a. Comandante Nádia.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): ...Que a gente possa fazer um minuto de silêncio para esses brasileiros e brasileiras. E me causa estranhamento, Comandante Nádia, a senhora, como uma patriota que se diz, não quer falar sobre os brasileiros mortos nessa pandemia e nem sobre os brasileiros que morreram asfixiados em Manaus.

É um respeito a essas famílias... (Problemas na conexão.), são pessoas como eu e você e que morreram sem o atendimento do Estado...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o senhor pode se inscrever em Comunicação de Líder para falar sobre esse assunto. A Pauta é específica. Só para esclarecimento. É nesse sentido que faz o aparte a Ver.^a Nádia.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Está certo. Só queria trazer essa questão para reflexão dessas pessoas que estão na linha de frente do combate à Covid.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde a todos e todas; boa tarde, Presidente, cumprimento os vereadores, queria cumprimentar também a minha colega de bancada, Daiana Santos, cumprimentando todas as vereadoras. Esta semana a gente teve uma série de surpresas, infelizmente, nem todas ou a grande maioria muito negativas porque, quando aqui vasculhei os documentos desta Casa, encontrei uma série de documentos que entregava aos Presidentes da Casa quando era presidente da UAMPA, Associação de Moradores de Porto Alegre, muito visitei o gabinete de muitos colegas hoje aqui e me surpreendi com o valor da passagem. Quem conhece a cidade, anda pelos perímetros da cidade e pega os ônibus lotados sabe que R\$ 6,00 é, sim, um assalto à população de Porto Alegre, quem sabe o quanto sofrem hoje as nossas mulheres ao sair para o trabalho, o quanto sofrem hoje os trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem, ficam na fila das paradas de ônibus e não conseguem pegar o ônibus porque já estava lotado ou porque não conseguem voltar para casa porque o último ônibus já saiu às 19h, sabe que esse aumento da passagem é um aumento abusivo e, por isso, acho inadmissível hoje nós votarmos a isenção das empresas de ônibus sem questionar as contrapartidas sociais. Encontrei um documento, entregue em 2014, quando ainda presidia a UAMPA, entreguei para o Ver. Mauro Pinheiro, na época, hoje meu colega, um documento que falava do fundo municipal do transporte em Porto Alegre, que era um fundo que podia discutir uma série de benfeitorias para o transporte coletivo e que podia, inclusive, dialogar subsídios para redução da tarifa em Porto Alegre. Ontem, tivemos reunião com o prefeito onde o próprio prefeito manifesta uma certa indignação, uma certa insatisfação com a forma que esses debates vêm se estabelecendo. Por outro lado, também o segundo projeto em Pauta, o Projeto de Lei nº 002, que fala da contratação das escolas, a gente precisa, aqui, nesta Casa, discutir muito fraternalmente sobre a questão da terceirização e o impacto que ela vem tendo na vida das pessoas que estão empregadas a partir dessa forma. Nós já falávamos que essa terceirização seria a forma mais cruel de flexibilização e de inconsistência nas relações de trabalho. Quem convive com quem trabalha nas terceirizadas sabe, eu tenho uma irmã que trabalha numa das terceirizadas, e todo final de mês, a gente faz uma vaquinha na família para ajudar a complementar um salário. Essa é uma forma muito cruel, essa relação de trabalho mata a vida das nossas famílias. Queria dizer que a gente precisa discutir o processo de terceirização que, se por um lado a gente pode contratar de forma emergencial, e nós seremos favoráveis a essa contratação, nós entendemos que essas mulheres, essas famílias precisam ter o seu direito à alimentação garantido porque trabalham 30 dias para que isso se efetive, dão

seu suor 30 dias para que isso se efetive, a gente precisa discutir uma outra modalidade de contratação. As terceirizações, as terceirizadas, as empresas terceirizadas já provaram a sua ineficiência porque, quando fecham as portas, não dão satisfação nem mesmo para o Executivo o que dirá para as famílias que ficam sem emprego e condições de manter essas famílias. Eu queria dizer aqui que é fundamental que esta Casa tenha comprometimento com essas famílias, que tenha comprometimento com essas vidas e, por isso, nós precisamos discutir essas relações de trabalho. É responsabilidade, sim, dos Poderes Executivo e Legislativo garantir que essas relações não sejam cada vez mais vulneráveis, porque é na nossa porta que as pessoas batem quando chegam no final do mês e não recebem, é nas nossas portas que as pessoas batem quando os armários lá de casa, da mulherada, que são as maiores chefes de família nas nossas comunidades e quem mais voluntariamente trabalha nas terceirizadas, é nas nossas portas que elas batem para pedir ajuda. Ou não fomos nós que fizemos as grandes campanhas de solidariedade que não deixaram o nosso povo passar fome em meio à pandemia? Porque o Poder Executivo se isentou, não discutiu, não dialogou com as famílias da forma que devia. É nesse sentido que faço a minha fala. Bom trabalho para nós hoje.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde vereadoras e vereadores. A nossa Pauta de hoje, alguns falam em fugir da pauta, mas a Pauta nos revela uma visão de gestão pública, uma visão de conduta do poder público municipal. E quando a gente fala sobre umas das pautas daqui, na tarde de hoje em discussão, que é o tema da contratação emergencial, ela revela uma realidade, que a Ver.^a Bruna que me antecedeu falava com muita propriedade, sobre como o nosso Município tem conduzido a precarização das relações de trabalho, especialmente sobre banalização da terceirização no Município de Porto Alegre. A empresa a qual vamos tratar na tarde de hoje já apresenta problemas desde 2015, onde nós temos denúncias, desde o governo Fortunati, temos denúncias de problemas de demissões irregulares, onde temos denúncias sobre o não pagamento dessas trabalhadoras e desses trabalhadores, onde temos a questão de assédio moral, entre tantas outras denúncias que perpassaram ao longo desses anos chegando a esta Casa Legislativa, mas também ao conjunto da sociedade porto-alegrense, e, mesmo assim, tivemos a renovação de contratos. Uma empresa que, inclusive, ao que nos consta, em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul concorre de forma livre a licitações. Infelizmente, essa não é uma realidade particular da empresa a qual nós estamos tratando agora para que possamos retornar o calendário escolar, ela também atinge outras empresas essa realidade devido a forma como se dá a relação com a terceirização do nosso Município. Na semana passada, por exemplo, fui acompanhar, aqui no posto de atendimento da

Cruzeiro, a questão da empresa MG, onde os trabalhadores não receberam, onde os trabalhadores, portanto, iniciaram o ano e não foram trabalhar. Nós vimos lá, colegas vereadoras e vereadores, testes de diversas doenças infecciosas acumulando nos lixos de forma aberta, colocando em risco a vida dos trabalhadores em saúde e também da população que ia até lá ser atendida. Isso em meio a uma pandemia. Veja bem, a forma como nós lidamos com a precarização de trabalho banaliza a vida daqueles que trabalham nessas empresas e têm uma função precária e, muitas vezes, a ausência do pagamento dos seus salários e dos seus direitos, como FGTS e outros, assim como daqueles que recebem o serviço, de responsabilidade do poder público, prestado por essas empresas de uma forma completamente precária, e assim a gente vê como a forma da relação do poder público se dá em relação ao cidadão dentro de Porto Alegre. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, tivemos uma reunião com o prefeito, na semana passada, e cobramos a existência de um plano municipal de imunização, um plano que chegou há dois dias com muitas falhas, onde não consta a questão dos trabalhadores da assistência social, onde foi retirado os quilombolas da primeira fase de vacinação, sendo que é um dever constitucional do Estado garantir e assegurar a condição física, social dessas comunidades, garantir a segurança sanitária dessas comunidades. A gente vê uma total banalização da vida em comunidades como aqui... (Problemas na conexão.), por exemplo, onde já se organizava para poder ser inclusa na primeira fase da vacina e foi surpreendida com essa decisão do poder público. Há pouco, acabei de voltar do PACS da Cruzeiro onde os trabalhadores da saúde estão lá inclusive aguardando a dose da vacina, não foram autorizados ainda a receber as vacinas, retardando por mais uma semana, os que estão na linha de frente para que possam receber. Isso demonstra total desorganização da nossa cidade para poder enfrentar um momento tão duro como o que nós vivemos. Isso, me desculpem os colegas vereadores que acham que esses temas está fora da pauta, eles estão dentro da pauta, eles dialogam com a responsabilização do poder público em assegurar a vida dos porto-alegrenses e das porto-alegrenses, se não for isso, o nosso dever aqui é discutir.... Para concluir, quero colocar essa questão para abrir a discussão sobre terceirizações porque, de fato, é um gargalo muito significativo na condução da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente; boa tarde às vereadoras e aos vereadores desta Casa, boa tarde ao povo de Porto Alegre que nos assiste pela TVCâmara; boa tarde a todos os servidores e servidoras que estão aí nos bastidores atuando para esta sessão poder se realizar. A gente sabe que teve um imprevisto, ontem, mas hoje estamos aqui reunidos para debater dois importantes temas para a cidade. Eu fico muito preocupado, como cidadão, com a questão do transporte

público. O transporte público vem de longa data num processo de sucateamento e, na pandemia, os empresários tomaram conta, fecharam linha, fizeram e aconteceram no governo Marchezan, perdeu o povo de Porto Alegre 39 linhas de ônibus. Isso é uma tragédia! Um absurdo que não podemos compactuar. Esta sessão legislativa precisa debater pormenorizadamente tudo que acontece no transporte público da cidade, e não é possível, nós precisamos reconstituir os horários das linhas de ônibus desta cidade, se perdeu muito horário, se perdeu muito ônibus que circulava e parou de circular, o povo está atulhado no transporte, e o empresário continua recebendo. Foi feita uma licitação, bem sabemos, no passado, e as empresas não largam o osso. São as mesmas empresas, são os mesmos consórcios, são os mesmos de sempre reclamando que a passagem não cobre os custos, que não têm lucro, que isso e aquilo, que tem que terminar com o cargo de cobrador e, agora, para o espanto do povo de Porto Alegre, querem botar a passagem a quase R\$ 7,00! É uma vergonha! É um disparate, é um desrespeito com a mãe trabalhadora, com o cidadão pai de família que, às vezes, pega dois ônibus, paga do bolso para poder se transportar para fazer um bico. Porque é isso, gente, a maioria da população está vivendo de bicos, de emprego precarizado e está tendo que pagar o transporte do próprio bolso. Imaginem aumentar o preço da passagem logo agora? Vai onerar quem não tem carteira assinada, quem não tem fonte de renda, quem está sobrevivendo precariamente, porque há um desmonte da economia perpetrado pelos neoliberais, pelo alto empresariado brasileiro. E agora nós vamos discutir uma isenção. Temos que discutir, sim, mas temos que discutir mais do que isso. São muitos temas que circundam o transporte público da capital, temos que pensar em outros modais também. Tem que acabar com o monopólio desses ônibus, tem que acabar com essa mamata, tem que encerrar. O povo tem direito a ter transporte público diversificado e com qualidade real. Porto Alegre não pode viver só de passado, ela precisa projetar o futuro, e o futuro é com diversidade nos meios de transporte e sustentabilidade. Esse é um tema muito importante. O outro tema que nós vamos discorrer hoje e vamos debater é a precarização das relações de trabalho. Sempre a terceirização, essas empresas falcatruas, muitas delas, não todas, há exceções que honram com os deveres, mas a Multiclean, por exemplo, a última que tinha contrato com a SMED, não pagou. Está aí a justiça tendo que passar dinheiro para o Sindicato pagar as pessoas. Olhem o embolamento que gera o caos na vida dessas pessoas, e agora nós temos espaços da Prefeitura, da educação, sem higienização desde o dia 15 de dezembro, em plena pandemia, sem higienização, por causa da incapacidade do governo anterior de fazer gestão de contrato. Não soube fazer nem a gestão de um contrato na SMED, e agora estão lá os nossos servidores da manutenção da SMED, na Lomba do Pinheiro, sem luz, porque a secretaria do governo anterior deixou atrasar a luz. Atrasou a luz! Eles estão sem higienização e estão tendo que trabalhar. E as escolas estão de plantão. Parabéns às escolas, às diretoras e aos diretores eleitos pelo voto direto das comunidades escolares que estão lá tendo que fazer também serviço de limpeza, porque o governo anterior deixou esse pepino. E nós agora vamos ter que discutir um projeto temporário de contratação para dar conta do respeito à educação pública. Essa é a minha intervenção, obrigado. E o povo de Porto Alegre pode esperar porque nós precisamos qualificar essas

relações e ter, de fato, gestão de contratos na Prefeitura, o que não existia no governo anterior.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde, Presidente; colegas vereadoras e vereadores. Quero me debruçar diante dos projetos que foram apresentados pelo governo municipal e que estão em discussão de Pauta. Faço referência ao primeiro projeto que trata da continuidade da isenção do ISS, mais conhecido como ISSQN. Nós já havíamos, os vereadores da legislatura anterior, votado este projeto no final do ano passado, se não me engano, lá no dia 16 de dezembro, e não sei o que aconteceu com o governo anterior que acabou não promulgando e não assinando a lei. Então, volta à Câmara no sentido de poder estender esse benefício não só nesses quatro dias, que hoje estamos reparando o vácuo que ficou, mas este projeto de lei, em tese, esse assunto, esse caso, essa isenção já vem sendo estendida aos consórcios desde o início da pandemia e, pela lei aprovada, irá até o final da pandemia, sabe-se até quando, com essa morosidade e incompetência do governo federal de não fornecer ainda um plano de combate ao Covid, um plano de vacinação para os brasileiros - gaúchos e porto-alegrenses. Então, nesse sentido, creio que se prolongará muito ainda e, por incrível que pareça, as benesses dadas pelo governo anterior foram muitas aos consórcios que, por sua vez, não melhoraram o transporte; pelo contrário, precarizaram cada vez mais. E nesse sentido, nós queremos aqui nos dirigir ao líder do governo, Idenir Cecchim, já conversamos com o secretário de Articulação Política, o Cassio Trogildo, também com o próprio prefeito, porque nós temos algumas emendas a serem votadas nestes projetos de hoje para poderem, então, ter o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores. São emendas que dialogam no sentido de abrir essa caixa-preta do empresariado e podermos ter informações claras e precisas em relação à dura realidade que a população passa a ser onerada a cada dia; e os lucros, segundo os institutos, são cada vez maiores em função das inúmeras isenções e benefícios que o governo presenteou a essas concessionárias durante o ano passado. Então, nesse sentido, nós queremos aqui dialogar, mas queremos também saber o que está acontecendo com essas concessões dadas aos empresários na medida em que eles, em tempo de pandemia, reduzem os horários, reduzem significativamente o número de trabalhadores. Queriam demitir os cobradores, não conseguiram por força de lei, porque a Câmara se debruçou e defendeu o emprego aos cobradores. E, mais do que isso, se nós observarmos a lei do ISSQN, foram tiradas muitas isenções. Portanto, nós vamos, daqui a pouco, nas emendas ora apresentadas, fazer uma discussão muito pontual a respeito do que nós apresentamos. Então, peço a colaboração ao Ver. Idenir Cecchim para que dialogue com a oposição e aceite as emendas. Nós queremos votar favorável, mas é importante perceber que esses

consórcios, esses empresários têm recebido inúmeras benesses e não têm dado retorno à qualidade do transporte público em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, me inscrevi também para debater sobre esse projeto da isenção do ISSQN. Como bem colocou o Ver. Oliboni, isso é uma votação que nós fizemos no ano passado. As empresas enviaram novamente este projeto para garantir, nesses cinco dias do ano, a isenção de impostos. Para os vereadores novos que estão chegando, eu acho que é importante a gente fazer uma retomada dessa luta por um transporte público gratuito de qualidade. Porto Alegre é uma capital que passou por quase 20 anos sem licitação nessa área. A primeira licitação da história da cidade aconteceu em 2015, todos os critérios de qualidade, de transparência e de eficiência que estavam previstos no edital de 2015 não foram cumpridos. Nenhuma empresa conseguiu cumprir as metas de qualidade, se eu não estou enganada, são sete ou oito pontos que são avaliados trimestralmente, e isso não foi efetivado. As empresas, desde 2013, vêm aumentando o valor da passagem, um valor muito acima da inflação. Já foram retiradas diversas isenções, já houve várias iniciativas também para tentar retirar os cobradores de ônibus, aumentaram o tempo de isenção dos idosos, várias tentativas de abater o custo da passagem, sendo que nós não estamos conseguindo, desde 2015, fazer uma discussão sobre o que é o central e o fundamental nesse problema todo hoje que envolve o transporte público da cidade. Em meio à pandemia, como os outros vereadores colocaram, nós ficamos à mercê das empresas que, de forma unilateral, reduziram linhas, reduziram horários, nos sábados e domingos quase não existiam linhas circulando na cidade, sendo que houve uma reabertura econômica, ou seja, os trabalhadores voltaram a circular na cidade em ônibus superlotados. E isso é uma consequência dessa falta de gestão, dessa falta de controle público desse serviço que é prestado por essas empresas. A gente não tem acesso a quanto é arrecadado em bilhetagem antecipada, a gente não tem acesso a quanto é arrecadado em publicidade, a transferência da gestão ainda está a cargo da ATP, ou seja, dos empresários. Essa transição de gestão nunca foi repassada para a EPTC, para a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, e isso para nós é um problema, porque a gente fica tendo que ceder à chantagem dos empresários que dizem que as empresas estão quebradas, mas, de 2013 para cá, foram mais de R\$ 100 milhões em isenção de impostos. As empresas devem R\$ 60 milhões aos cofres públicos de um caixa que foi cobrado do usuário, e nós representamos sobre isso, fizemos uma denúncia no Ministério Público de Contas, no ano passado, enfim. Acho que são essas questões que nos embasam e nos permitem colocar essa necessidade de a gente atacar o problema central hoje que, do nosso ponto de vista, é a gestão do transporte coletivo. A oposição protocolou um requerimento, solicitando uma comissão especial de avaliação do

sistema de transporte coletivo por ônibus. Acho que é importante, nos próximos quatro anos, nós nos debruçarmos sobre isso, termos controle da gestão do transporte e, a partir daí, pensarmos as alternativas de isenções, de subsídios, de outros modais para conseguirmos avançar na discussão de mobilidade urbana. Sem ter controle público da gestão é inviável nós seguirmos garantindo regalias para empresários que não tiveram compromisso com a vida no momento em que o nosso povo mais precisou, que foi no momento de pandemia. Então, é sobre esse ponto que a gente quer se debruçar, inclusive, fizemos uma emenda a este projeto do ISSQN, uma emenda muito parecida com a que o Ver. Janta fez em 2016, colocando a contrapartida. A emenda do Ver. Janta era uma contrapartida do Fundo Municipal que, inclusive está previsto no edital de licitação de 2015 que não está sendo respeitado, a contrapartida da criação de um fundo municipal de mobilidade urbana para abater no valor da tarifa, para a gente conseguir concentrar os recursos de publicidade, para qualificar as nossas frotas. Isso nunca foi respeitado, inclusive a emenda do Ver. Janta lá de 2016. Então, novamente nós estamos emendando este projeto do governo, colocando que o controle da gestão tem que ser feito por parte do público, por parte da gestão pública, da EPTC e da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana para a gente começar a organizar a casa para conseguirmos ver as possibilidades e os projetos para qualificar o nosso projeto de mobilidade urbana na cidade. E sobre o segundo projeto, em relação ao projeto de contratação temporária para trabalhadores de limpeza e higienização das escolas, eu acho que é importante colocar que este projeto é fruto de uma luta de quatro anos, no mínimo há quatro ou cinco anos tem essa empresa Multiclean. A partir do primeiro ano, a gente começou a enfrentar alguns problemas. Fomos mais de dez vezes na empresa, mais de dez vezes na SMED, quase dez vezes no Sindicato, porque todo início de ano as trabalhadoras não recebiam seus vales-transportes, sua licenças-maternidade, seus salários de décimo terceiro, para concluir, demissões por justa causa por telefone. Então nós acompanhamos de perto a situação, e o que acontece com a empresa Multiclean é uma expressão do que é a terceirização. A terceirização permite que o poder público seja omissivo. E não foi uma nem duas vezes que eu liguei para a empresa para reivindicar o direito das trabalhadoras com o básico, o salário em dia, e isso não foi respeitado. Então, eu acho que é uma vitória importante a gente conseguir ter os contratos – também fizemos algumas emendas nesse sentido para qualificar ainda mais este projeto -, mas é uma vitória dessas trabalhadoras que vão ter, pelo menos no prazo de um ano, uma maior seguridade no seu emprego. Era isso, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Bom, eu não vou me furtar de falar de mais de dez mil gaúchos mortos pela Covid, pelos porto-alegrenses mortos pela Covid, pelos brasileiros e brasileiras mortos pela Covid, mortos, principalmente, por

uma política genocida, por uma política de incompetência. Inclusive, hoje, a gente tem enfermeiros, médicos, trabalhadores da área da saúde que não puderam ser vacinados, porque a logística não funciona neste País. Se a gente hoje está debatendo essa questão da terceirização, isso tem a ver com uma política de Estado, uma política que vem em nível federal também que é de desestruturação de toda a cadeia produtiva de trabalho do País, que vai atacar diretamente as pessoas que mais precisam, as pessoas que menos têm condições de ter acessos a qualquer tipo de bem. E essas pessoas estão na linha de frente, trabalhando na limpeza dos hospitais, trabalhando como motoristas, cobradores, frente a um descalabro total de um governo que, como eu já falei, genocida, que deixa centenas de brasileiros e brasileiras morrerem asfixiados por falta de oxigênio, sabendo disso dias antes de acontecer. Se isso não choca os colegas, se isso não choca os nossos amigos e amigas que estão assistindo esta sessão, eu não sei o que mais falta para chocar vocês. E é muito bom que a Barth venha, na sequência, falar, porque vai ficar registrado, para a posteridade, na internet, quem está defendendo hoje um governo que utiliza o Procurador-Geral da República para fazer ameaças de fechamento da democracia em plena pandemia, em plena crise econômica e social, que briga com a China quando a gente não tem como produzir a nossa vacina porque uma pessoa lunática resolveu que não compraria os insumos e teria que romper as suas ligações com o resto do planeta. Essa é a situação que a gente vive hoje e não tem como a gente se furtar de debater o *impeachment* desse Presidente que causa tanto mal. Inclusive, como eu já falei, o kit cloroquina, o kit Covid está sendo debatido agora pela classe médica, classe científica, e se comprovou que não funciona. Eu peço, na próxima sessão, para que a gente possa fazer um minuto de silêncio a todos os brasileiros e brasileiras mortos e mortas nessa pandemia e nesse descalabro desse governo que não consegue organizar nem a logística para chegar a vacina a todos nós. É inacreditável que nós estejamos vivendo nesse momento e é inacreditável, inclusive, que estejam atacando a democracia, que a gente não possa, daqui a pouco, estar debatendo de forma franca, aberta, debatendo assuntos de interesse da cidade porque, simplesmente, a gente pode estar num estado de defesa, num estado de sítio, que é o que está sendo proposto por esse mesmo Presidente. Então é hora de aquelas pessoas que têm o pensamento democrático e que prezam pela democracia se colocarem na posição que a população as colocou, de defender essa estrutura, defender a democracia para que todos e todas possam pensar, falar, divergir e principalmente que a gente possa defender a nossa população para que não morram mais pessoas. Eu espero que aqueles e aquelas que se dizem patriotas e levantam a bandeira do Brasil tenham esse mesmo comprometimento e não o comprometimento simplesmente com as suas pautas ideológicas, com as suas pautas partidárias ou seu nicho eleitoral. Não é mais momento para a gente ficar debatendo ideologias, preferências partidárias; é hora de nós salvarmos a vida das brasileiras e dos brasileiros, e a única forma de nós fazermos isso é afastar uma pessoa incompetente, uma pessoa que tem claros problemas psicológicos, porque não é possível que, sabendo que centenas de brasileiros e brasileiras morreriam por falta de oxigênio – e a minha mãe morreu asfixiada por causa da doença dela, eu sei o horror

que é morrer asfixiado e asfixiada – é inacreditável que a gente consiga tolerar esse tipo de situação em nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde colegas, boa tarde a quem está nos acompanhando. Não entendi porque eu fui citada na fala anterior, mas faço questão de responder ao final da minha fala. Sobre as contratações emergenciais, eu quero deixar destacado aqui que é absolutamente necessário para que se possa voltar às aulas, para que se restaure a infraestrutura da rede municipal, a limpeza, as merendas, enfim, para que, tanto alunos, quanto professores tenham a dignidade de poderem trabalhar num ambiente, limpo, agradável, preparado para a volta às aulas, o que tantos pais e mães desejam, porque ninguém foi tão prejudicado quanto a rede municipal de ensino com a Covid - os alunos perderam o ano, os alunos perderam um tempo que ninguém pode restaurar. Em relação ao transporte ruim e caro que nós temos em Porto Alegre, é imprescindível mesmo que se debata o transporte público, que se quebre o monopólio, inclusive o da Carris – sou absolutamente contra o monopólio que existe hoje. O transporte público tem que ter muito mais qualidade, tem que ser debatido as linhas, os horários. Foi muito revoltante o que a gente viu durante a pandemia inteira, junto com o governo anterior; políticas de empilhar pessoas dentro dos ônibus, políticas que impediram os trabalhadores de chegarem ao emprego, deixando as pessoas inclusive na chuva no inverno, fora dos ônibus, em vez de aumentarem o número de ônibus, o que seria a coisa mais correta e mais racional a fazer para que as pessoas não precisassem se empilhar para ganhar o seu pão de cada dia. As pessoas que andam de ônibus – são muitas ainda em Porto Alegre – precisam ter mais alternativas de transporte público. E esse é um debate que já deveria ter sido feito há 10, 20 anos em Porto Alegre, porque em todo o lugar do mundo isso já foi modernizado, e parece que Porto Alegre consegue só andar para trás. Agora respondendo ao colega que falou anteriormente, eu até faço uma provocação para que o Ver. Radde traga as provas de que o *kit* de tratamento precoce não funcione, porque são provas que eu gostaria muito de ver. Inclusive hoje saiu uma matéria em vários jornais dizendo que a ivermectina pode reduzir o risco de morte em até 75%. Esse estudo está sendo revisto no mundo inteiro. Mas aqui é engraçado porque ele critica a politização da coisa e está politizando a Covid - a Covid não pode ser politizada. Isso é uma questão acima de direita e esquerda, é uma questão de saúde pública. Então, quando eu vejo pessoas tentando politizar a Covid, me dá mais do que asco, me dá uma repugna que tenho vontade até de vomitar. Não pode ser politizada a doença, ela tem que ser tratada com seriedade e a seriedade é científica, então, não digam que remédios que funcionam não funcionam, a menos que tu tenhas trabalhos que ninguém mais viu. Então, eu deixo o desafio para que tragas na próxima sessão trabalhos que provem que os remédios não

funcionam para o tratamento da Covid. E com isso eu gostaria de dizer que eu li a emenda do Ver. Mauro Zacher, sou favorável a ela e votarei favoravelmente. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Hoje nós temos dois projetos muito importantes que mexem com a vida dos porto-alegrenses. Eu acho que todos os temas são importantes, mas hoje vamos focar nas questões municipais. O Ver. Leonel Radde está pedindo para focarmos nas coisas do Município, mas ele mesmo, atrás da sua poltrona, colocou uma mensagem, um discurso de ódio contra o Presidente Jair Bolsonaro. Vamos ser bem sinceros, o Presidente faz um excelente trabalho. O Presidente está combatendo esse vírus com muita força, muita energia, por meio do trabalho de prevenção à Covid -19 que tem afetado e matado milhões de pessoas em todo o mundo. Então, ninguém quer passar por isso, é um problema mundial. O governo federal está enfrentando com muita ousadia, e a gente não pode brincar com esse assunto tão importante e nem fazer palanque com a tragédia das pessoas. Eu queria pedir a Vossa excelência para que possamos focar nos assuntos municipais. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores. Eu venho aqui trazer, na verdade, para os colegas que ainda não souberam do ocorrido nesta semana, uma situação muito complicada que eu presenciei, utilizando do pedido de informações, uma ferramenta para utilizarmos no nosso mandato para que consigamos exercer a fiscalização do Poder Executivo. Diante de um pedido de informações – como falam, um simples pedido de informações – eu fui atacada nas minhas redes sociais por um colega vereador. Além de todo o seu público sindicalista, eu fui atacada pelo colega vereador, difamando a minha imagem, colocando mentiras nas minhas falas e principalmente colocando uma homenagem caluniosa, criminosa, na minha pessoa; eu, vereadora, que estava fiscalizando as contas do Executivo. Então, eu gostaria de trazer para vocês, colegas vereadores, para que não aconteça mais, principalmente com os novatos, com as novatas, com as mulheres que muitas vezes em situações de machismo acabam se calando. Eu não irei me calar, muito menos diante de um vereador do Partido dos Trabalhadores, que todos nós sabemos do histórico de corrupção, e precisamos estar atentos para a fiscalização. Então, estou entrando nesta Casa, na figura do Sr. Presidente, com uma quebra de decoro parlamentar, estarei protocolando - espero que os meus colegas vereadores me apoiem, diante dessa

situação, porque eu, como vereadora novata fui atacada por outro vereador novato, mas, numa postura machista, vem tentando impedir o exercício do meu trabalho, tentou me calar. E eu não serei calada, espero que todos tenham a mesma solidariedade diante do fato. Entendo que nós podemos divergir das ideias, mas nunca atacar outro colega na vida pessoal, muito menos colocar falácias nas suas falas. Eu agradeço o tempo de liderança cedido pelo Ver. Felipe Camozzato, mas gostaria de encerrar e pontuar esse assunto muito sério que aconteceu aqui nesta Casa em Porto Alegre, na Câmara de Vereadores por um outro colega vereador.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para a 003ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h11min.)

* * * * *